



EDUCAÇÃO DO CAMPO E SUSTENTABILIDADE: DESENVOLVIMENTO DO CAMPO E O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

FRANCISCO ARTUR DA SILVA CONRADO

RESUMO

O campo é um espaço geográfico ligeiramente modificado pelo homem. A sustentabilidade defini-se em procedimentos, que há permanência do indivíduo no local de forma indefinida. Esta pesquisa abordar os conceitos sobre o campo e sustentabilidade, o desenvolvimento no campo e o desenvolvimento sustentável, sobre as necessidades humanas, como se alimentar e ter moradia digna. O objetivo geral deste artigo é incentivar a discussão sobre o desenvolvimento do espaço campo e da sustentabilidade. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e realizou-se entre os meses de novembro de 2023 à fevereiro de 2024, com as palavras-chave: Educação do Campo + Sustentabilidade + Desenvolvimento. A coleta de dados ocorreu através de livros e artigos são em língua portuguesa, os estudos que norteiam o trabalho são do período 2014 à 2022. As áreas de campo são áreas geográficas sem grandes edifícios, etc. Mas tal como a área urbana, as suas necessidades devem ser satisfeitas. A sustentabilidade é caracterizada pelos processos, que permite adaptações às mudanças que ocorrem no meio ambiente. O agronegócio pode produzir um produto em massa, mas ao fazer isso acaba utilizando uma área específica, que destrói e a torna-se inutilizável. Não há qualquer indicação do interesse dos detentores de poder que haja educação do/no campo para o seu desenvolvimento, nem mesmo o desenvolvimento no campo. A agricultura no Brasil começou com a chegada dos portugueses, e o cultivo da cana-de-açúcar foi a primeira monocultura deste país. O termo economia social surgiu do desenvolvimento socioeconómico no século XIX. Através do desenvolvimento sustentável, os movimentos sociais transformam países improdutivos em produtivos, com o objetivo de satisfazer as necessidades da sociedade e não de destruir o ambiente. Então eu vejo sustentabilidade e eles podem usar a terra por mais tempo. O desenvolvimento sustentável tem muitas dimensões, incluindo os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, em seus objetivos de desenvolvimento sustentável visam, que as necessidades das pessoas sejam atendidas. Por fim, as pessoas precisam compreender, a relevância do desenvolvimento sustentável, e que as alterações climáticas estão acontecendo, sendo cada vez mais impossível revertê-las. Portanto, nós precisamos mudar nossos hábitos.

Palavras-chave: Avanço Suportável; Território Campesino; Agronegócio; Produção de Alimentos; Movimentos Sociais.

1 INTRODUÇÃO

O campo é o espaço geográfico, que não foi transformado totalmente pelo homem, em de ruas asfaltadas e construções de prédios. Porém, é modificado pelo ser humano, com as construções: casas, estradas, etc. Sendo um local de desenvolvimento para a sociedade.

A Sustentabilidade é fazer ações no presente, com o desejo de ter um futuro. Sua origem é do Latim, e tem o significado de poder manter, suportar e sustentar. A Sustentabilidade é definida pelos procedimentos, ou, por um sistema que viabiliza a permanência do indivíduo em um determinado local pelo tempo máximo possível, utilizando os recursos naturais de maneira equilibrada com o ambiente, a fim de assegurar que as

gerações futuras possam realizar o mesmo (Dovers e Handmer, 1992).

Esta pesquisa propõe-se a abordar os conceitos do campo e sustentabilidade, desenvolvimento no campo, desenvolvimento sustentável, sobre as necessidades humanas: alimentação e moradia digna. O estudo é justificado pelas ações humanas, que ocasiona a ampliação das áreas de produção de alimentos no campo.

O objetivo geral do trabalho é contribuir com a discussão sobre o campo e a sustentabilidade; apontar algumas ambiguidades do agronegócio; e acerca da perspectiva capitalista em relação à educação e desenvolvimento no campo. Apoiando-se nos objetivos específicos, 1) expor as perspectivas económicas, sociais e políticas para o espaço do campo e a sustentabilidade; 2) apresentar o paralelo entre o desenvolvimento sustentável, as necessidades humanas e a sustentabilidade social para minimizar as desigualdades sociais.

2 MATERIAL E MÉTODOS

O método utilizado para compreensão do trabalho foi o da pesquisa bibliográfica, que conforme Gil (2002, p. 60), “a pesquisa bibliográfica, assim como as outras, inicia-se pelo tema escolhido”, posterior a escolha do tema, se pesquisou materiais na internet, para o desenvolvimento da pesquisa, que foi realizado entre os meses de novembro de 2023 à fevereiro de 2024, com as seguintes palavras-chave: Educação do Campo + Sustentabilidade + Desenvolvimento. Sendo este momento uma pré-análise do material, que seria utilizado no desenvolvimento do trabalho.

Segundo Pizzani et al. (2012, p. 54), “entende-se por pesquisa bibliográfica a revisão da literatura sobre as principais teorias que norteiam o trabalho científico [...]”. Após ser conceituado os termos ‘campo’ e ‘sustentabilidade’, há citação dos autores, que embasam a revisão da literatura do assunto pesquisado.

A coleta de dados ocorreu através de livros e artigos, em sua grande parte escritos em língua portuguesa. Os estudos que norteiam o trabalho, são do período 2014 à 2022. Em sua grande parte, são livros publicados durante os anos citados, com o complemento de alguns artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O campo é um espaço geográfico, que não foi construídos grandes estruturas (sejam das indústrias, comércios ou lazer), não possuem ruas asfaltadas, ou coisas assim. De maneira simples, no imaginário das pessoas o campo é todo espaço geográfico, que não é pertencente ao espaço urbano.

Segundo Kolling *et al.* (2002) no campo encontramos uma diversidade de indivíduos. Encontram-se pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, bóia-fria, e outros grupos. Dentro desses grupos, alguns estão associados a organizações populares, enquanto outros não; além disso, há diferenças marcantes de gênero, etnia, religião e geração. Cada um possui sua própria forma de produzir e viver, enxergando o mundo de maneiras distintas e buscando resolver problemas à sua maneira. A resistência no campo é diversa, assim como as lutas travadas por esses grupos.

Assim, percebemos que o campo além de ser constituído pelo espaço geográfico, também é constituído por pessoas, que habitam esses locais, e eles precisam de uma educação que considere a sua realidade. Porém são indivíduos diferentes, e necessitam de uma educação específica a suas vivências diferentes. Contribuindo com esse pensamento Fernandes *et al.* (2008, p. 20) “[...] os sujeitos sociais do campo possuem uma base sociohistórica, e uma matriz cultural diferentes, o que os faz demandantes de políticas públicas específicas”. Ou seja, essa parte da população demanda de políticas públicas, que levem em consideração o local em que vivem.

Para Dovers e Handmer (1992) a sustentabilidade é a habilidade de um sistema humano, natural ou misto de resistir ou adaptar-se à mudança endógena ou exógena por tempo indeterminado. Ela caracteriza-se pelo(s) processo(s), que possibilitam as pessoas ficarem no local em que vivem e trabalham por mais tempo. Para os trabalhadores do campo possibilita utilizar o mesmo espaço, no seu terreno diversas vezes sem que a prejudiquem.

De acordo com Jacobi (1999) predomina o pressuposto da sustentabilidade de que é necessário criar um conjunto de iniciativas, que tenham em conta a presença de interlocutores e atores sociais relevantes e ativos através de práticas educativas, bem como um conjunto de limites das possibilidades de crescimento.

A educação do/no campo trabalha com a perspectiva da sustentabilidade, pois esta tem como método a pedagogia da alternância, no qual possibilita aos alunos estudarem a teoria, enquanto estão na escola/universidade e fazerem os testes prático, quanto estiverem em casa. Pois eles têm as aulas teóricas na escola/universidade, que é denominado de Tempo Escola/Tempo Universidade TE/TU, e no Tempo Comunidade (TC) eles põem em prática, o que foi aprendido na teoria (Conrado, 2023; Lopes, 2015; Godinho, 2013; Ribeiro, 2008).

De acordo com Molina e Jesus (2004) o agronegócio é o novo modelo do desenvolvimento econômico da agropecuária capitalista, porém esse modelo não é novo, sua origem é do sistema *plantation*, no qual grandes propriedades eram utilizadas para produção e exportação. O agronegócio é o resultado do processo da construção histórica da modernização capitalista, no qual as atividades agrícolas estão no contexto da completa mercantilização (Caume, 2009). A maior parte dos seus produtos são exportados, sendo contrária a sustentabilidade, pois está trabalha em um único espaço, mas com várias produções.

O setor agropecuário abrange todas as atividades econômicas ligadas à comercialização de produtos agrícolas, apesar de ser fundamental para a economia do Brasil, ele apresenta contradições. Pois a expansão da produção de alimentos e a geração de empregos, são aspectos positivos para a vida econômica do país. No entanto, os resultados negativos, como o desmatamento, os impactos adversos do uso de agrotóxicos e a poluição, a concentração de terras, a precarização das condições de trabalho e a violência, são aspectos prejudiciais que ocorrem com frequência e não devem ser negligenciados por esse setor.

Conforme Molina e Jesus:

A agricultura camponesa não é adepta do produtivismo, ou seja, produzir uma única cultura e com exclusividade para o mercado e nem se utiliza predominante de insumos externos. Seu potencial de produção de alimentos está na diversidade, no uso múltiplo dos recursos naturais. Nas regiões onde há concentração de pequenos agricultores, a desigualdade é menor e por conseguinte os índices de desenvolvimento estão entre os maiores (Molina; Jesus, 2004, p. 2).

A complicação da ligação entre o sistema capitalista, o ensino e o avanço das áreas rurais, cria uma vulnerabilidade para a ocorrência de atritos entre os objetivos financeiros e a sustentabilidade socioambiental. O desafio consiste em buscar um ponto de equilíbrio, que favoreça o crescimento econômico, sem prejudicar a preservação dos ecossistemas e a equidade social.

Os detentores de poder não demonstram intenção, que à educação no campo desenvolva-se, e nem que haja desenvolvimento no campo. A não ser que esse desenvolvimento seja em benefício ao sistema capitalista e nos moldes do agronegócio. Trabalhos sobre o espaço campo contribuem com este pensamento, por exemplo Molina e Jesus (2004) argumentam que a visão, que ainda prevalece na sociedade é a do campo como um lugar atrasado, inferior e antigo. Esta falsa imagem reforça a imaginação de que os espaços urbanos, são os únicos lugares para o desenvolvimento pessoal, social, e para se ter progresso e sucesso econômico. Mesmo, depois de vários estudos e alguns avanços, essa

citação ainda serve de base, para demonstrar como os poderosos ainda imaginam o campo.

E segundo Xavier (2014, p. 10) “Entretanto, historicamente o camponês convive com a negação de seus direitos por parte do Estado, o que o leva a desistir do campo ou permanecer nele em condições precárias e entregue a própria sorte”. Ou seja, é histórico o descaso com o campo, e querem que permaneça a Educação Rural, está que tem na sua concepção o campo como um local de atraso (Conrado, 2023; Molina, 2019; Lopes, 2017).

A produção agrícola no Brasil começou com a chegada dos portugueses. O cultivo da cana-de-açúcar foi a primeira monocultura no país, e teve início no Nordeste no século XVI com a concessão da sesmária, iniciada com a instauração das capitanias hereditárias em 1534 (Cavalcanti, 2022). Somente depois da independência do país, que a economia passa ser do próprio. Passou cerca de 66 anos, após sua independência para que no Brasil fosse abolido a escravidão.

Conforme Resende Bonomo (2022) à elite brasileira, que era composta, em sua maioria, pelos grandes proprietários de terras e comerciantes, que eram envolvidos nas atividades de importação e exportação dos escravizados, e que tinham interesse na manutenção das estruturas tradicionais. Posterior a abolição dos escravos, as terras não passaram as mãos dos indígenas ou dos povos africanos, que sofreram com a escravização durante a colonização e em mais da metade do primeiro século de independência.

Segundo Jereissati em seu art. 1º, a Lei de terras declara que o único jeito de ter as terras devolutas seria pela compra. Sendo assim, como aqueles que haviam deixados de ser escravos iam conseguir comprar. Estes foram escravizados, para que os portugueses (as nações europeias) na época tivessem pessoas trabalhando, para produzir produtos que pudessem ser vendidos e gerar a economia para o país, que colonizava outras regiões.

O conceito de economia social nasceu da evolução socioeconômica do século XIX, no qual as cooperativas eram o meio de transformação da sociedade capitalista. Novas ideias sobre as questões econômicas são enfatizadas na sociedade, o auxílio mútuo e a educação econômica recebem prioridade. Começaram a substituir, ainda que parcialmente, os conceitos de capitalismo e de proletariado. Em essência, tratava-se de facilitar a transformação das próprias pessoas através da colaboração (Caeiro, 2008).

De uma perspectiva política, a gestão do campo, os esforços dos movimentos sociais e da sustentabilidade, está ganhando mais relevância, pois estão ligados a uma longa história da reforma agrícola, que nunca saiu do papel. Após a conquista do Brasil, os portugueses estabeleceram a ocupação de terras ricas e as cultivaram com a utilização de mão de obra local. Desta forma foi construído a economia, a sociedade, a história e a política do Brasil. Nessa história a reforma agrária sempre foi esquecida, e o latifúndio tinha suporte. Pois, o mesmo respaldava os mais poderosos, que tinham como combatê-los, mas precisavam do seu auxílio, seja para controlar um lugar pela força, ou, pelo dinheiro.

Conforme Fernandes *et al.*:

O latifúndio carrega em si a imagem da exploração, do trabalho escravo, da extrema concentração da terra, do coronelismo, do clientelismo, da subserviência, do astro político e econômico [...] Latifúndio está associado com terra que não produz, que pode ser utilizada para reforma agrária (Fernandes; *et al.* 2008, p. 31).

Na primeira parte da citação argumenta-se sobre a história do país, já que tivemos a exploração e o trabalho escravizado, e concentração de terra na mão daqueles que tinham (tem) dinheiro e poder. No fim da citação é comentado sobre a terra, que são retiradas dos latifundiários, já que estes não conseguem mais produzirem no terreno, e ela vai para aqueles que lutaram pela divisão da terra, os movimentos sociais da terra e do campo, para que eles utilizem o desenvolvimento sustentável no espaço que receberam, que antes era improdutivo.

O Desenvolvimento Sustentável representa uma direção deliberada rumo à melhoria,

cujo propósito é manter ou elevar esse atributo do sistema, enquanto atende às necessidades da população atual. Em uma abordagem inicial, podemos compreender o Desenvolvimento Sustentável como o meio para atingir a sustentabilidade, ou seja, a sustentabilidade é o alvo final a ser alcançado a longo prazo (Sartori; Latrônico; Campos, 2014).

O desenvolvimento sustentável possui alguns elementos, nos quais consta os 17 objetivos sustentáveis da ONU (ODS). Os 17 objetivos são os seguintes: erradicação da pobreza; fome zero e agricultura sustentável; saúde e bem-estar; educação de qualidade; igualdade de gênero; água potável e saneamento; energia limpa e acessível; trabalho decente e crescimento econômico; indústria, inovação e infraestrutura; redução das desigualdades; cidades e comunidades sustentáveis; consumo e produção responsáveis; a ação contra a mudança global do clima; vida na água; vida terrestre; paz, justiça e instituições eficazes; parcerias e meios de implementação.

Segundo Cruz *et al.* (2022) O Brasil, como país-membro da ONU, aderiu aos ODS a partir do início da sua vigência. Em 2016, foi instituída a Comissão Nacional para os ODS (CNODS), com a finalidade de internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU. A partir da revogação dessa Comissão, em 2019, a implementação da Agenda 2030 está sob a coordenação da Secretaria Especial de Articulação Social da Secretaria de Governo da Presidência da República. O Departamento de Monitoramento e Avaliação do Sistema Único de Saúde (Demas), instância da Secretaria Executiva do Ministério da Saúde, coordena e articula o monitoramento e a avaliação da Agenda 2030, e é o ponto focal de articulação com instituições externas, estando a execução das ações distribuídas entre as secretarias que possuem metas a serem monitoradas, em virtude do seu escopo de atuação.

Os seres humanos têm algumas necessidades básicas, conforme Rodrigues (2016) a Teoria de Maslow têm um conjunto de cinco necessidades, que são: 1) Necessidades fisiológicas (básicas): tais como a fome, a sede, o sono, o sexo, etc.; 2) Necessidades de segurança: que vão da simples necessidade de sentir-se seguro dentro de uma casa a formas mais elaboradas de segurança como um emprego estável, um plano de saúde ou um seguro de vida; 3) Necessidades sociais ou de amor, afeto, afeição e sentimentos: tais como os de pertencer a um grupo ou fazer parte de um clube; 4) Necessidades de estima: essas passam por duas vertentes: o reconhecimento das nossas capacidades pessoais e o reconhecimento dos outros, face à nossa capacidade de adequação às funções que desempenhamos; 5) Necessidades de autorrealização: em que o indivíduo procura tornar-se aquilo que ele pode ser.

A sustentabilidade social é importante para minimizar as desigualdades sociais, pois esta contribui de maneira mais efetiva para que as pessoas possam ter suas necessidades atendidas. A economia social surge junto ao capitalismo. Porém, é o símbolo da resistência dos trabalhadores ao sistema capitalista, que por sua vez visa somente o lucro, certificando-se de que o trabalhador seja humano em segundo plano (Souza, 2012).

Portanto, de forma geral, para que ocorra o Desenvolvimento sustentável e o suprimento das necessidades humanas, através da sustentabilidade social torna-se necessário, que não haja mais exploração do trabalhador e nem da natureza. Porém, “Requer um conhecimento profundo dos agravos que estão em sua essência: o trabalho explorado, desumano e alienado” (Souza, 2012, p. 81). E desta maneira, que as futuras gerações não sofram com as consequências, das más ações do passado de seus antecessores.

4 CONCLUSÃO

Como observamos a Sustentabilidade e a Educação do campo combinam entre si, e divergem do modelo do agronegócio, que é realizado e idealizado pelos donos dos capitais, que são os detentores do poder. Para que estes permaneçam em sua posição, não podendo no

campo ter uma educação no/do campo, mas sim a educação rural. E desta forma este espaço não se desenvolve, mantendo sempre a mão de obra barata e com necessidade sustentar-se.

O campo é um espaço que deve ser preservado, de forma a garantir que os recursos naturais não se esgotem, e possam ser utilizados pelas gerações futuras. Portanto, há necessidade de uma agricultura sustentável e de permacultura, que trabalhe de forma a manter o solo saudável, sem usar pesticidas e patógenos prejudiciais à saúde humana.

Conclui-se que existe a necessidade no Brasil de uma reforma agrária, em que as terras sejam distribuídas aos trabalhadores do campo, que sempre foram explorados. E que eles possam desenvolver a sustentabilidade, pois se não a desenvolverem, a terra tornara-se improdutiva em algum momento futuro, que provavelmente não tardará em acontecer.

Por fim, as pessoas precisam ter consciência de que é preciso ter mais sustentabilidade no mundo, as mudanças climáticas estão acontecendo, e está ficando cada vez mais impossível sua reversão. Também está sendo produzido cada vez mais alimentos, porém, boa parte da população no mundo não tem acesso. O ser humano tem necessidades básicas, que precisam ser atendidas. A sustentabilidade pode amenizar não só o impacto da ação do homem no mundo, como em relação com as suas próprias necessidades.

REFERÊNCIAS

CAEIRO, J.M.C. Economia Social: conceitos, fundamentos e tipologia. In: **Revista Katálisis**, Florianópolis, v.11, n.1, p.61-72, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5234> Acesso em: 25 fev. 2024.

CAUME, D.J. Agricultura familiar e agronegócio: falsas antinomias. In: **Redes**, Santa Cruz do Sul, n.1, p.26-44, 2009. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/view/846> Acesso em: 20 fev. 2024.

CAVALCANTI, M.C. Ciclo da Cana de Açúcar: história como é cultivada. In: **Quero Bolsa**, 2022. Disponível em: <https://querobolsa.com.br/enem/historia-brasil/ciclo-da-cana-de-acucar> Acesso em: 28 jan. 2024.

CONRADO, F.A.S. **Contribuições da disciplina de sociologia na formação da identidade dos alunos do ensino médio da Escola Estadual Tereza Teodoro de Oliveira, no município de Caroebe - RR**. 2023. 92 f. Monografia (graduação) - Departamento do Curso de Licenciatura em Educação do Campo - Universidade Federal de Roraima, Boa Vista, 2023.

CRUZ, D.K.A. *et al.* Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e as fontes de dados para o monitoramento das metas no Brasil. In: **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, 31(nspe1): e20211047, p.1-8, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ress/a/X6fCx5KZxNwsx69xttRBpPy/?format=pdf> Acesso em: 26 jan. 2024.

DOVERS, S.R.; HANDMER, J.W. Uncertainty, sustainability and change. In: **Global Environmental Change**, v.2, n.4, p.262-276, 1992. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/0959378092900448> Acesso em: 27 fev. 2014.

FERNANDES, B.M. *et al.* **Educação do Campo: campo - políticas públicas - educação**. Clarice Aparecida dos Santos (Org.). Brasília: INCRA; MDA. 2008.

GIL, A.C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODINHO, E.M.S.O. PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA. In: **NUPEAT-IESA-UFG**, v. 3, n. 2, p. 118-124, jul.-dez., 2013. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/teri/article/view/29802>. Acesso em: 22 fev. 2024.

JACOBI, Pedro Roberto. Meio ambiente e sustentabilidade. In: **O município no século XXI: cenários e perspectivas**. Tradução. São Paulo: CEPAM, 1999. Acesso em: 27 jan. 2024.

JEREISSATI, L.C. Lei de Terras: do contexto histórico as consequências. In: **Jus.Com. Br**, 2020. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/78820/lei-de-terras-do-contexto-historico-as-consequencias/2> Acesso em: 29 jan. 2024.

LOPES, S.L. (Org.). **Diálogos e experiências sobre a educação do campo**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2017.

LOPES, S.L. (Org.). **Práticas educativas na educação do campo: desafios e perspectivas na contemporaneidade**. Boa Vista: Editora da UFRR, 2015.

KOLLING, E.J. (Org.) et al. **Educação do Campo: Identidades e Políticas Públicas**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2002.

MOLINA, R.S. História da Educação Agrícola no Brasil: educação do campo versus ruralista. In: **Revista de Educação**, PUC-Campinas, vol.24, núm.3, p.463-476, set.-dez., 2019. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/reeducacao/article/view/4394> Acesso em: 20 fev. 2024.

MOLINA, M.C. (Org.); JESUS, S.M. (Org.). **Contribuições para a construção de um projeto de Educação do Campo**. Brasília: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004.

PIZZANI, L. *et al.* A arte da pesquisa bibliográfica na busca do conhecimento. In: **RDBCI: Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, SP, v. 10, n. 2, p. 53–66, jul./dez. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/1896>. Acesso em: 14 fev. 2024.

RESENDE BONOMO, J. Independentemente: a atuação das quitandeiras de Minas Gerais no mundo do trabalho nos períodos pré e pós-Independência do Brasil. In: **Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura**, Campinas, v. 30, n. 00, p. e2022007, 2022. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/resgate/article/view/8668758> Acesso em: 28 jan. 2024.

RIBEIRO, M. Pedagogia da alternância na educação rural/do campo: projetos em disputa. In: **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n. 1, p. 027-045, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022008000100003> Acesso em: 15 fev. 2024.

RODRIGUES, A. Necessidades Humanas Básicas na Enfermagem: Maslow e Wanda Horta. In: **Gran Cursos Online**, Brasília, 2016. Disponível em: <https://blog.grancursosonline.com.br/necessidades-humanas-basicas-na-enfermagem-maslow->

e-wanda-horta/ Acesso em: 30 jan. 2024.

SARTORI, S.; LATRÔNICO, F.; CAMPOS, L.M.S. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável: Uma Taxonomia No Campo Da Literatura. In: **Ambiente & Sociedade**, São Paulo v. XVII, n. 1, p. 1-22, jan.-mar. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/yJ9gFdvcwTxMR5hyWtRR6SL/#> Acesso em: 26 fev. 2024.

SOUZA, A.I. (Org.). **Escola de Formação Básica Multiplicadora da Economia Popular Solidária “história social do trabalho”**. Vol. 4, Curitiba: L.F. Editora: CEFURIA, 2012.

XAVIER, C.L. **Educação do Campo em Caroebe: Uma Análise da Prática Dos Educadores e da Escola Estadual Tereza Teodoro de Oliveira em Relação Aos Estudantes Oriundo do Campo**. Monografia (graduação) – Universidade Federal de Roraima, Curso de Licenciatura em Educação no Campo. Boa Vista, 2014.